

3

A Gramática de valências

Em Linguística, o estudo sintático tem-se assentado em dois princípios de análise: a constituência e a dependência. A constituência – ou análise em constituintes imediatos (IC) – repousa na idéia de que a frase se estrutura hierarquicamente mediante categorias sintáticas (N, SN, V, SV, etc.). A dependência, a seu turno, assenta na idéia de que as unidades frasais são interdependentes. A relação de dependência pode ser encarada como uma relação de (co)ocorrência, de modo que uma unidade dependerá de outra, se a possibilidade de ela ocorrer exigir a presença da outra.

A gramática de dependências toma o verbo como elemento central da estrutura da frase – elemento do qual dependem todos os demais. A *gramática de valências* é, pois, um desdobramento da gramática de dependências.

A gramática de valências considera, portanto, o verbo como o elemento central da frase e trata a relação entre esse centro e os demais elementos dependentes sob dois pontos de vista: um sintático e outro semântico.

3.1

O conceito de valência

Em seu livro *Gramática de valências* (1986), Busse e Vilela dão-nos a saber a definição de *valência*:

“Chamamos *valência* ao número de lugares vazios previstos e implicados pelo (significado do) lexema. São precisamente os verbos que apresentam de modo mais evidente estruturas relacionais do tipo valencial”.

(grifo no original)

Urge ter em conta o que os autores entendem por “lugares vazios”. Um *lugar vazio* ou *argumento*, segundo os autores, é “(...) o termo contido na estrutura de outro termo”. Assim, o verbo *dar*, por exemplo, prevê três lugares vazios: o primeiro corresponde ao “dador” (sujeito); o segundo, ao “dado” (objeto direto); o terceiro, ao “recebedor” (objeto indireto). Vale dizer que os tradicionalmente chamados “complementos” do verbo, entre os quais se inclui o sujeito na teoria de valências, são considerados variáveis do verbo, a saber, constituem lugares vazios

previstos pela semântica do verbo, que devem ser atualizados lexicalmente na estrutura frasal. Destarte, a estrutura relacional ou valencial do verbo pode ser formalizada mediante variáveis como *x*, *y* e *z*. A estrutura relacional de um verbo como *dar* é formalizada como “X dá Y a Z”. O verbo *beber*, por exemplo, apresenta a seguinte estrutura relacional: X bebeY.

A cada um dos lugares vazios previstos pelo significado do verbo, representados com aquelas variáveis, a gramática de valências chama *actantes*. Portanto, diz-se que o verbo *dar* prevê três actantes; e o verbo *beber*, dois. Ressalte-se que o termo *valência* aplica-se a classes de palavras que apresentam significado lexical, a saber, ao significado que “corresponde à organização do mundo extralingüístico mediante as línguas” (Bechara, 2002:109). Esse termo aplica-se ao verbo, ao substantivo e ao adjetivo (às vezes, ao advérbio).

O termo *actantes* aplica-se a uma gama de complementos do verbo da gramática tradicional, entre os quais incluem-se o objeto direto, o objeto indireto, o complemento relativo, etc. Alguns dos chamados “adjuntos adverbiais” da gramática tradicional são classificados na teoria de valências como *circunstantes*. Os circunstantes são, portanto, termos que exprimem idéia de circunstância (tempo, lugar, modo, etc.) que não são previstos pela valência do verbo. Todavia, nem todos os termos de valor circunstancial, que, na gramática tradicional, é considerado adjunto adverbial, é um circunstante; por isso, impõe-se reconhecer que um termo é circunstante não só porque veicula idéia de circunstância e se identifica com um adjunto adverbial qualquer, mas também (e principalmente) porque não é previsto pela valência do verbo. Assim, em “Coloquei o livro na estante hoje às três horas da tarde”, o termo “na estante”, embora indique idéia de circunstância (lugar), é previsto pelo significado do verbo “colocar” (X coloca Y em Z(= lugar)); os termos “hoje” e “às três horas da tarde”, que exprimem ambos idéia de “tempo”, não são previstos. Portanto, “na estante” é um actante; “hoje” e “às três horas da tarde” são circunstantes.

Evidentemente, há critérios formais para identificar os diferentes tipos de actantes e para distingui-los dos circunstantes. O caso apresentado acima constitui um exemplo a que esses critérios não se aplicam satisfatoriamente. Por exemplo, um dos meios para se identificar um actante é aplicar formas como “(o)que”, “quem” introduzindo perguntas. Assim, na frase “Pedro bebe vinho”, reconhece-se o complemento direto mediante a formulação de uma pergunta introduzida por

“o que”: “o que Pedro bebe?”. A forma “o que” corresponde a “vinho”, que é o complemento direto de “beber”. Na teoria de valências, tal termo corresponde ao actante 2 (A₂). Reconhece-se o sujeito mediante a formulação de um pergunta com a forma “quem”: “Quem bebe vinho?”. “Quem” corresponde a “Pedro”, que é, pois, o actante 1 (A₁).

Para saber se um termo é circunstante, basta-nos formular uma pergunta introduzida por uma das seguintes formas “quando”, “onde”, “como”, “por que” (Koch&Vilela, 2001: 347). A forma “quando” corresponde a idéia de tempo; a forma “onde”, a idéia de “lugar”; a forma “como”, a de “modo”; e a forma “quanto”, de medida ou valor. Tomando-se para exemplo a frase anteriormente citada e incluindo nela o termo “todos os sábados”, procedimento de que resulta “Pedro bebe vinho todos os sábados”, pode-se formular uma pergunta iniciada por “quando”: “quando Pedro bebe vinho?”. “Quando” corresponde a “todos os sábados”, que é um circunstante.

Entretanto, como já mencionamos, o critério exposto acima, não se aplica satisfatoriamente ao exemplo com o verbo “colocar”, porque, embora “na estante” sirva de resposta a uma pergunta introduzida por “onde” (“onde eu coloquei o livro?”), esse termo é previsto pela valência do verbo; portanto, é um actante, e não um circunstante.

Cabe acrescentar que Bussi e Vilela (1986: 25) consideram um termo como “à (para) Raquel”, em “O Pedro constrói um baloiço à Raquel”, como um circunstante “que pode apresentar a mesma estrutura que o objeto indireto” (p.25). Adotamos o mesmo ponto de vista dos autores e consideramos os dativos “livres”, funções sintático-discursivas que serão estudadas no capítulo quinto, como “circunstantes”.

O método da pronominalização também é válido para reconhecer os diferentes tipos de actantes. Em nossa frase-exemplo, “Pedro” pode ser substituído pela forma “ele”; “vinho”, a seu turno, pode ser permutado com “o”. A forma “ele” cumpre, via de regra, a função de sujeito; e a forma “o”, a de objeto direto. Portanto, “ele” corresponde ao A₁; e “o”, ao A₂.

Valendo-se do pró-verbo “fazer”, por exemplo, amparado pelo pronome “o”, pode-se também distinguir entre um actante e um circunstante. Vejam-se os seguintes exemplos:

(i) Meu avô leu uma história *para o meu irmão*.

(j) Meu avô deu uma bicicleta *para o meu irmão*.

Em (i), para saber se “para o meu irmão” é um actante ou um circunstante, basta-nos reformular a frase introduzindo o conjunto formado por pronome “o” e pró-verbo: Meu avô leu uma história e *o fez* para o meu irmão. Veja-se que a introdução do pró-verbo não fere a estrutura sintático-semântica da frase. Ao contrário, a inserção dessa forma, em (j), não é natural: *Meu avô deu uma bicicleta e *o fez* para o meu irmão. A possibilidade de inserção do pró-verbo em (i) patenteia o carácter circunstancial do termo “para o meu irmão”, que não está intimamente relacionado ao verbo, senão ao complexo verbal que inclui os complementos e possíveis adjuntos. Note-se que a relação do circunstante com o verbo e os seus actantes é de natureza adjuntiva; em (j), a inserção do pró-verbo, como não é natural, patenteia haver entre “para o meu irmão” e o verbo “dar” uma relação de subordinação; portanto, indica ser esse termo um actante.

Todos os métodos apresentados pretendem dar testemunho de nossa intuição sobre o carácter completivo ou adjunto dos elementos frásicos. Alguns métodos são mais adequados a certos casos; outros parecem ser menos confiáveis; mas todos decorrem do esforço intelectual de nossos estudiosos para descrever e explicar a natureza das relações sintáticas entre os signos lingüísticos.

Cabe dizer que, dentre os nossos mais renomados estudiosos, Azeredo é um dos que mencionam o conceito de valência. Em sua obra *Fundamentos de Gramática do Português* (2002), à página 172, na seção 347, o autor define *valência* do verbo como “[o] conjunto das posições estruturais que irradiam desse verbo”. O autor ensina que um verbo como *dizer* seleciona obrigatoriamente dois actantes e opcionalmente três: X disse Y (a Z). Refere a seguinte frase: “Manuel disse um segredo a Maria. O termo à direita do verbo, “Manuel”, é o actante 1 (sujeito); o termo disposto imediatamente à esquerda – “um segredo” – é o actante 2 (objeto direto); e o termo “a Maria”, disposto após o objeto direto, é o actante 3. Esse actante é, segundo Azeredo, opcional. Concordamos em que o A₃ é, em muitos casos, um actante facultativo.

Neste trabalho, interessa-nos estudar o comportamento sintático-semântico do A₃, o qual apresenta as seguintes características morfossintáticas e semânticas:

- é introduzido, de regra, pela preposição “a”;

- é cliticizável em “lhe”/”lhes” (bem como nas formas “me”, “te”, “se”, “nos”, “vos”);
- serve de resposta a perguntas introduzidas por “a/para quem?”;
- denota o ser animado a quem se destina a ação verbal.

Reitere-se que intentamos demonstrar que o pronome “lhe”- marca própria do A₃ (objeto indireto) - cumpre outras funções não-actanciais.

No que toca à centralidade do verbo na teoria de valências, cumpre destacar que o verbo (predicado) não só é responsável por determinar o número de lugares vazios, bem como por determinar morfosintática e semanticamente os seus actantes. Assim, de acordo com o número de lugares vazios, há verbos que prevêm apenas um lugar vazio; outros que prevêm dois lugares vazios; e outros que prevêm três lugares vazios. Também há verbos que não prevêm lugar vazio algum. Os verbos que prevêm apenas um lugar-vazio chamam-se *monovalente*; os que prevêm dois lugares vazios, *bivalentes*; os que prevêm três lugares vazios, *trivalentes*; e os que não prevêm lugar vazio, *avalentes*. Há autores que admitem a existência de verbos que prevêm quatro lugares vazios, chamados, pois, de *tetravalentes* (cf. *X traduzir alguma coisa de Y para Z*).

Do ponto de vista morfosintático, o verbo é que determina a marca ou ausência de marca preposicional nos seus actantes. Do ponto de vista estritamente sintático, é o verbo que determina a pronominalização; assim, certos actantes são passíveis de substituição por tal ou qual pronome de acordo com o verbo de que dependem. Por exemplo, em “Pedro obedece ao pai”, o termo “ao pai” pode ser substituído por “lhe” ou pela forma tônica “a ele”; mas em “Pedro recorreu ao pai”, esse mesmo termo não admite substituição por “lhe”, senão pela forma “a ele”. Portanto, embora o pronome “lhe” cliticize, via de regra, estruturas encetadas por “a”, casos há em que não é possível o emprego dessa forma pronominal, em virtude da natureza do verbo. Certos verbos rejeitam o emprego de “lhe”, como, por exemplo, “assistir” (= ver, presenciar).

Ademais, de acordo com o verbo, os actantes podem revestir a forma de sintagmas nominais, orações completivas ou reduzidas. Assim, o verbo “custar” exige que o seu sujeito assuma a forma de uma oração de infinitivo: “Custa-me aceitar sua decisão”.

Do ponto de vista semântico, a natureza verbal determinará a classe semântica de seus actantes, ou seja, exigirá que seus actantes, para ocupar determinada posição estrutural, apresentem tal ou qual traço sêmico. Por exemplo, o verbo “beber” exige um actante que apresente o traço [+ animado] para ocupar a posição de sujeito; orações como “A caneca bebe água” é inaceitável, porque “caneca” é um substantivo [- animado] e, portanto, é rejeitado para ocupar tal posição. Por outro lado, em “o menino bebe água”, a forma “menino”, com apresentar o traço [+ humano], pode ocupar a posição de sujeito de “beber”.

Outrossim, é o verbo que determina os papéis temáticos desempenhados pelos seus actantes. Melhor seria dizer que o verbo institui um determinado estado-de-coisas e, de acordo com esse estado-de-coisas, os seus actantes cumprem um determinado papel temático. Note-se que “chave” e “menino” cumprem papéis temáticos (ou semânticos) diferentes, nas seguintes frases:

- (l) *A chave* abriu a porta.
- (m) *A chave* quebrou.
- (n) O *menino* caiu (no chão).
- (o) O *menino* quebrou o brinquedo da irmã.

Em (l), veja-se que “chave” cumpre o papel temático de “instrumento”; em (m), cumpre o papel de “objeto afetado”. Veja-se que, em (n), “menino” cumpre o papel de “paciente”; em (o), de “agente”.

Segue-se, na próxima página, quatro dos dez actantes apresentados em Busse e Vilela (1986: 35), dos quais destacamos as características formais. Esses quatro actantes são os mais pertinentes ao nosso trabalho. A ser necessário nos referir a outro tipo de actante, apresentaremos suas características no lugar adequado.

3.2 Alguns tipos de actantes

- A₁: sujeito tradicional

Posição estrutural (PE): antes do verbo.

Pronominalização: *eu, tu, ele, isto ...*

Interrogação: *que, quem + V ?*

- A₂: objeto direto tradicional

PE: depois do verbo

Pronominalização: *me, te, se, nos, a, o...*

Interrogação: *(o) que, quem + A₁ + V?*

- A₃: objeto indireto tradicional

Marca estrutural: preposição *a*

Pronominalização: *me, te, se, nos, **lhe** ...*

Interrogação: *a quem + A₁ + V...?*

- A₄: complemento relativo

Marca estrutural: *de, a, com, em...*

Pronominalização: *preposição + pronome oblíquo (ou demonstrativo) – de/ a/ em + mim, ti, si, ela, ele, isso...*

Interrogação: *de/ a/ em ... que / quem + A₁ + V...*

Cumpra dizer que uma das diferenças formais entre o objeto indireto e o complemento relativo repousa no fato de o pronome “*lhe*” não poder desempenhar essa última função (A₄). O constituinte que funciona como A₄ não é cliticizável em “*lhe*”; é substituível pelas formas tônicas “*ele*”, “*ela*”, “*eles*” e “*elas*”, antecedidas da preposição selecionada pelo verbo, consoante ensina Rocha Lima (2001:252).